

Governo desiste de taxar herança sobre planos de previdência

Tributos Volta atrás

Governo recua e retira imposto de herança sobre previdência privada

— Minuta de projeto que regulamenta a reforma tributária abria caminho para taxaço sobre VGBL e PGBL; repercussão negativa levou Lula a pedir retirada

BIANCA LIMA
ALVARO GRIBEL
BRASÍLIA

A pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o governo recuou da previsão de cobrança de imposto de herança sobre planos de previdência privada, como PGBL e VGBL. As regras gerais para a taxaço via Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) tinham sido incluídas no segundo projeto de lei complementar da reforma tributária a pedido dos governadores, como anteci-

pou o Estadão.

A repercussão negativa nas redes sociais depois da divulgação da informação, porém, fez com que o presidente solicitasse ao Ministério da Fazenda a retirada desse trecho, segundo apurou o Estadão. A notícia da regulamentação da cobrança, que inclusive já ocorre em alguns Estados, foi usada pela oposição para criticar a equipe econômica e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Segundo o secretário extraordinário da reforma tributária, Bernard Appy, houve uma "avaliação política" para a retirada

da cobrança do imposto de herança sobre a previdência privada. Ele não quis, contudo, dar detalhes sobre essa avaliação.

Judicialização
Há uma série de ações na Justiça contra decisão de Estados de taxar transferência de patrimônio

"Esse tema não foi colocado no projeto, não vou discutir por que foi tirado. Esse projeto teve uma avaliação política pelo governo", afirmou ele, em

coletiva de imprensa para apresentar o projeto de lei que será enviado ao Congresso.

Segundo o presidente do Comitê Nacional de Política Fazendária (Comsefaz), Carlos Eduardo Xavier, a decisão foi do governo federal, e os Estados acataram. Ele diz que haverá uma deliberação dentro do comitê para avaliar se haverá a tentativa de inclusão no Congresso. "A questão que está sendo colocada gerou muita polêmica sobre o VGBL; faz parte do processo técnico e político antes do envio de um texto legislativo", afirmou.

Rogério Gallo, secretário de Fazenda em Mato Grosso, afirma que a padronização era um desejo dos Estados, mas que ainda não há uma decisão tomada sobre a inclusão de uma emenda ao projeto no Congresso. "Era um tema relevante; se foi retirado, vamos levar ao conselho, mas não há decisão para se trabalhar em emenda a respeito desse assunto e cada Estado continua trabalhando (como acontece hoje)."

De forma geral, os PGBLs e os VGBLs não entram hoje nos inventários quando o titular morre, sendo transmitidos aos beneficiários automaticamente. Dessa forma, ficam livres da incidência do ITCMD por serem compreendidos como produtos de natureza securitária.

Diversos Estados, porém, passaram a tributar a transferência desses planos nos últimos anos por avaliarem que se trata de uma forma de transmissão de patrimônio entre as gerações. Isso gerou uma série de ações na Justiça. ●

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Estado de S. Paulo

Seção: Economia e Negócios Caderno: B Pagina: 1